

# A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IPATINGA

Paola Reis Almeida<sup>1</sup>

## Resumo

O significado de segregação socioespacial pode ser resumido no rompimento das relações sociais através do espaço. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar se o próprio motivo de criação da cidade Ipatinga induziu e se seu quadro atual continua induzindo o processo de segregação da cidade. Para isso, foram levantados e analisados dados cartográficos e censitários de distribuição da população, dos equipamentos e serviços públicos e as leis de ordenamento territorial. Com isso, é possível afirmar a existência da segregação socioespacial de Ipatinga desde sua concepção e sua atual reprodução, principalmente através da atuação do poder público. Por isso, se verifica a necessidade da atuação mais crítica do arquiteto e urbanista na cidade além da conscientização da população para reivindicação de um plano e de ações que reconfigurem o espaço de forma a permitir uma mistura necessária para a concretização de um espaço mais justo e equilibrado socialmente.

Palavras-chave: urbanização, segregação socioespacial, Ipatinga.

## Abstract

The meaning of socio-spatial segregation can be summed up in the breakup of social relations through space. Thus, the objective of this work is to analyze if the very motive of creation of the city Ipatinga induced and if its current picture continues to induce the process of segregation of the city. For this, cartographic and census data of population distribution, public equipment and services, and land-use planning laws were collected and analyzed. With this, it is possible to affirm the existence of the socio-spatial segregation of Ipatinga from its conception and its current reproduction, mainly through the performance of the public power. Therefore, there is a need for a more critical action of the architect and urban planner in the city beyond the awareness of the population to demand a plan and actions that reconfigure the space in order to allow a mixture necessary for the realization of a fairer space and socially balanced.

Keywords: urbanization, socio-spatial segregation, Ipatinga.

Casas barracos sem sótão  
Mansões muros fechados  
Todos podiam entrar nela sim  
Porque parques e shoppings tinham ali  
Mas uns entravam e não andavam  
Outros andavam e não entravam  
Para os buracos dos bairros baixos  
Ou para os pisos dos andares altos  
Ninguém podia reclamar não  
Porque polícia tinha ali  
A ordem era segregá-los ali  
Mas era feita com muito requinte  
Na cidade dos donos  
Número... \$\$\$  
Jones Dari Goettert

## Introdução

Esse artigo diz respeito ao trabalho de conclusão de curso 1 (TCC1), produto final da matéria cursada no nono período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.

O conceito de segregação dentro do âmbito da sociologia carrega aspectos físicos relacionados à distância e aspectos sociais que causaram o rompimento das relações. No entanto, conforme considerado por NEGRI (2008), dentro da sociologia e até mesmo nas relações urbanas, a segregação pode ser analisada a partir de várias perspectivas como, por exemplo, étnica e racial (mais abordada nos estudos americanos e, atualmente na Europa) e socioeconômica (com várias abordagens na Europa e na América Latina). Porém, é tratado em todas essas análises que os motivos que causam o interrompimento das relações são oriundos da incapacidade do ser humano de lidar de forma justa e equilibrada com os males que a hierarquização que o capitalismo impõe sobre todo o modo de vida da sociedade, ou seja, com as diferenças que esse sistema produz. Todavia, de acordo com Castells (1983), não se trata apenas de diferenças sociais ou estratificação social. Segundo ele, a segregação é:

[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 1983, p. 210)

Essa organização hierárquica do espaço não acontece de forma natural e espontânea, mas é planejada como forma de dominação da urbanização, como discorre Villaça (2000).

[...] a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio social. Só o social pode constranger ou condicionar o social. (VILLAÇA, 2000, p. 360,)

Além de subordinar parte da população - que na maioria das vezes, principalmente no Brasil, essa parte subordinada corresponde à maior parcela da população (GUEDES, 2012) - na relação indissociável social/espacial, o espaço também é subordinado.

<sup>1</sup> Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Av. Tancredo Neves, 3500, Bairro Universitário, Coronel Fabriciano - MG. E-mail: paolareis16@gmail.com

Se visualmente (através do espaço) a segregação pode não ser alarmante, socialmente ela afeta consideravelmente o cotidiano das pessoas porque se trata de desigualdade de acesso aos equipamentos públicos como hospitais, escolas, parques, praças, etc. Ou seja, ela impede ou dificulta - inclusive tornando mais oneroso - o direito à cidade. (MARICATO, 2014). Além disso, cidade dividida gera insegurança que gera ainda mais a negação do espaço público. Tudo isso acaba contribuindo para a especulação imobiliária e para a expulsão das camadas de menor poder aquisitivo da sociedade para áreas menos servidas de equipamentos e serviços públicos e onde não é interesse da cidade formal expandir (fundos de vales, margens de córregos e rios, morros com inclinações elevadas, etc.). (MARICATO, 2011).

No Brasil, o planejamento dessa organização hierarquizada do espaço tem origem nas intenções de Portugal quando o colonizou e tem relação com a má distribuição da terra que até hoje, de acordo com Fernandes (1999) e Maricato (2014), não é uma questão resolvida no Brasil. Os camponeses, em todo Brasil, lutaram durante décadas “para acabar com o monopólio de classe sobre a terra.” (FERNANDES, 1999, p. 04). Apesar de sempre existir luta pela terra (pelos índios, quilombos, camponeses e trabalhadores) no país, nunca houve eficácia das Leis em prol da reforma agrária: “É comum que a aplicação da lei ocorra de forma inversa ao motivo que a inspirou - insto é, na prática, afirma-se a concentração da propriedade e a exclusão ou despejo dos pobres.” (MARICATO, 2014, p.186).

O MST leva na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária são antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo nessa história que completa 500 anos. (FERNANDES, 1999, p. 06)

Em resumo, o quadro atual do Brasil se dá pelo fato de ter sido colônia de exploração; ter se organizado em capitânicas hereditárias; ter “libertado” os escravos sem lhes garantir direito à moradia digna (FERNANDES, 1999); ter criado os latifúndios através de grilagem; ter criado cidades por causa de demandas industriais (e não o contrário), com o fim de formar “cidades mais coerentes com o processo de industrialização” (MEDONÇA, 2006, p. 47) global; ter em toda história reprimido a luta pela terra (FERNANDES, 1999) e ter somente em 2001 regulamentado os artigos 182 e 182 da Constituição Federal de 1988 através do Estatuto da Cidade, depois de muitas reivindicações de movimentos sociais. (MARICATO, 2011)

Essa violenta (pois se constitui através de guerra contra a sociedade) concentração de terra que até hoje persiste, é um dos principais fatores que subsidiam a segregação social no país, pois alimenta a desigualdade (OXFAM BRASIL, 2016).

Até no histórico da atuação dos programas habitacionais para regularização dos assentamentos informais que deveriam promover a integração dos segregados à cidade formal, é possível identificar intenções de acentuar a segregação no país. Os primeiros programas - a partir da década de 60 - tinham em vista a erradicação das favelas e isso se dava através da demolição dos assentamentos e a transferência da população para áreas periféricas, muitas vezes longe dos locais de trabalho, dos equipamentos e serviços públicos. No lugar das antigas favelas, geralmente áreas nos centros das cidades, era dado lugar à população de maior poder aquisitivo. Com a pressão dos movimentos sociais, a partir da década de 80, as ações dos programas habitacionais começaram a priorizar a permanência da população. Porém, como explica

Laranjeira (2016), mesmo diante de leis e planos diretores desenvolvidos a partir de causas históricas profundas, cujos interesses visavam ações estratégicas, na prática, as intervenções não passavam (e ainda não passam) de puras reações aos problemas urbanos. Em síntese, a integralidade dos programas dentro das intervenções não garante a integração das comunidades com o resto da cidade. Um dos motivos é a falta de comunicação com outras políticas urbanas (LARANJEIRA, 2016).

Ademais, Rolnik (2015, p. 26) afirma que, em vários continentes, é identificável “um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e da sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro.” Nesse livro, a autora ainda explica que no mundo inteiro, o capital financeiro tem os assentamentos irregulares como reserva de área para o investimento e que, com a globalização, o capital excedente global encontrou no mercado imobiliário a segurança de um investimento a longo prazo visto que se trata de um produto (a terra) que não desaparece. Com isso, a prioridade de usos da cidade não é de acordo com suas reais necessidades e maiores demandas, mas sim os usos mais lucrativos. Assim, no final da década de 70, com o neoliberalismo, até as políticas habitacionais começaram a servir a esse capital global, utilizando-se do fundo global e estabelecendo vários tipos de modelos que se baseiam na transferência da dívida do Estado para a população através da financeirização da propriedade individual via crédito.

A cidade é uma mercadoria e alguns capitais específicos ganham muito dinheiro com as cidades. Por exemplo, a segregação espacial é necessária para um mercado imobiliário altamente especulativo. Um mix de renda ajuda a controlar e a equilibrar o preço do solo. A segregação leva à explosão do preço do solo, portanto, da renda imobiliária, da valorização imobiliária. A incorporação imobiliária, o capital financeiro imobiliário, o capital de construção pesada, o capital de edificações e o proprietário da terra são os principais atores que exploram as cidades, que exploram o negócio das cidades. A cidade é um negócio por excelência capitalista. Cada pedaço da cidade, cada edifício, cada infraestrutura é uma mercadoria especial porque está ligada ao solo; está ligada à terra que é uma mercadoria não reproduzível. (MARICATO, 2016, n.p)

Contudo, é importante salientar que “Na verdade, o que é produto do trabalho social humano não é a terra-matéria, mas a localização. [...] Isso porque os produtos do trabalho são algo material e a ‘localização’ não é.” (VILLAÇA, 2015). Desse modo, as localizações são únicas, irreproduzíveis e construídas pela coletividade e, por isso, seu valor (e não preço) não é por mérito exclusivo dos grandes investidores. Portanto, há uma dívida a ser paga aos segregados, os afastados da cidade formal espacial e socialmente.

Porém, como uma “boa dívida”, ela deve ser cobrada para que seja “paga”. O que ocorre, no entanto, é que ela sequer é reconhecida como tal. Apesar da conquista da população pelo “papel ativo na gestão pública, especialmente no plano local,” (RIBEIRO; SANTOS, 2003, p.80) na Constituição Federal, Maricato (2014, p. 91) explica que os movimentos sociais pela reforma urbana perderam força quando vislumbraram “a melhoria das condições de vida dada pelo crescimento econômico e pelas políticas sociais distributivas”. Entretanto, a autora discorre sobre as manifestações de 2013 que abriram um novo ciclo de reivindicações e pressões sobre o poder público a favor de melhorias no modo de vida urbano. Todavia, recentemente a autora afirma que ainda “é necessário combater o analfabetismo político” (MARICATO, 2016) para que as reivindicações que abarcam as questões urbanas sejam ampliadas.

Para Ribeiro e Santos (2003, p. 82), existe “...um vínculo teórico indissociável entre as condições de efetividade da democracia e as desigualdades sociais existentes em uma dada sociedade.” Isso, porque, como explica os autores, os direitos civis, de ordem individual, estão profundamente atrelados aos direitos políticos e democráticos, pois não há indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem indivíduo com autonomia e liberdade de ação na mesma.

Todavia, segundo Ribeiro e Santos (2003), além da capacidade de interpretação das leis e do reconhecimento dos seus direitos, o cidadão, para o exercício de sua cidadania precisa conhecer os conflitos da sociedade para que assim possa reconhecer as condições a que está submetido, ou seja, seu lugar (físico/social) na sociedade para então poder agir livremente com uma consciência mais apurada e abrangente sobre as questões complexas que envolvem o meio socioespacial em que se vive.

Esta concepção de democracia encontra na sociedade brasileira obstáculos intelectuais e ideológicos para o seu reconhecimento como o ponto de vista a partir do qual podemos identificar os nossos os dilemas políticos. Com efeito, ela implica na admissão de uma noção de cidadania que incorpore não apenas o exercício de direitos, mas na aceitação das ideias de divergências, conflitos e, por que não, disputa pelo poder. (RIBEIRO; SANTOS, 2003, p.82)

Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de estudar as forças/motivos que levaram à urbanização de Ipatinga, levantar, mapear e analisar dados (imobiliários, cartográficos e de planejamento urbano) atuais da cidade e verificar as possíveis consequências da estruturação urbanística para sua população, para assim, contribuir para o estudo da urbanização da cidade.

Para isso, essa pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica e documental sobre o processo de urbanização da cidade Ipatinga, focado na relação cidade-indústria e no conceito de segregação. Além disso, apresentam-se e analisam-se dados do censo de 2010 cartograficamente associando-os às leis de ordenamento territorial. A análise é feita de forma qualitativa e restringe-se à área urbana da cidade, ou seja, o espaço intraurbano.

### Contexto de Ipatinga

Antes da chegada da indústria na cidade, a região do Vale do Aço (antigo Vale Verde) era habitada pelos índios Botocudos que começaram a ocupar áreas das Capitânicas Hereditárias de Minas Gerais. Por isso, o governo português, em 1808 declarou guerra aos índios enviando soldados para protegerem a área. Além disso, a Coroa Portuguesa “ofereceu benefícios fiscais e concedeu terras àqueles interessados em explorá-las. Os colonizadores, imigrantes e soldados, em busca de novas riquezas, destruíram as tribos indígenas e devastavam florestas para se apossar das terras.” (BARBOSA, 2010, p. 40). A ordem de cessação da servidão dos índios foi dada (BARBOSA, 2010) em 1831 e, quase um século depois (em 1925), foi fundado o Congado do Ipaneminha, primeira manifestação cultural que se tem registro (IPATINGA, n.d.).

Nessa época, construía-se a estrada de ferro Vitória-Minas atraindo pessoas para a região que antes era chamada de Vale Verde (BARBOSA, 2010). Na década de 30 foi executado o desvio da estrada de ferro para Ipatinga e assim, o vilarejo foi crescendo até atingir 300 habitantes que residiam em 60 moradias que ocupavam o distrito Barra Alegre e uma área do atual centro (MENDONÇA, 2006).

No Brasil, os incentivos governamentais aos grandes empresários “tornaram rentável a compra e/ou apropriação de grandes extensões de terras” (OXFAM BRASIL, 2016, p. 04) que através da compra dos pequenos produtores, expandiram suas fronteiras e, depois da terra urbanizada e seu valor especulado, começaram a investir no mercado imobiliário, como aconteceu no Vale do Aço através das empresas USIMINAS, APERAM E CENIBRA. (UNILESTE, 2014)

De acordo com Mendonça (2006), a intenção de planejar a cidade de Ipatinga surgiu através do plano de governo de Juscelino Kubitschek de aumentar a produção de aço do país em prol de acelerar a industrialização, “ação prioritária de seus cinco anos de governo.” (MENDONÇA, 2006, p.60). Dessa forma, a cidade que ainda era distrito de Coronel Fabriciano, foi escolhida para a implantação da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS). No governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, como discorre Mendonça (2006), as indústrias eram viabilizadas através da parceria do poder público com capital estrangeiro, no caso da USIMINAS, do governo do estado com um grupo do Japão.

Após a instalação da USIMINAS que foi em 1956, não havia trabalhadores nem infraestrutura suficientes na região. Por isso, a criação das vilas-operárias era necessária para a efetiva produção da indústria. Os arquitetos responsáveis pelo plano urbanístico foram os mineiros Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering que através da quantidade de produção do aço estimada estipularam a quantidade de habitações necessárias para a criação das vilas-operárias. (MENDONÇA, 2006)

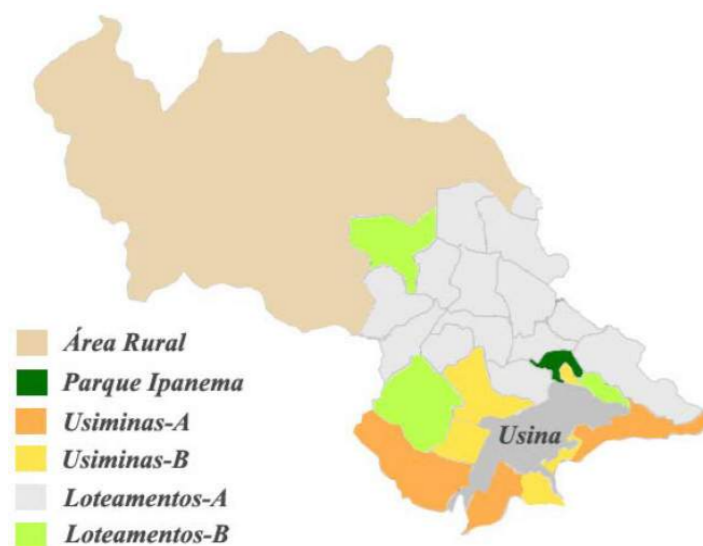
Na criação do plano urbanístico os arquitetos responsáveis seguiram preceitos modernistas, criando Unidades de Vizinhança “auto-suficientes” (com equipamentos dos setores educacional, de lazer, comércio e saúde) bem setorizadas. Cada unidade era destinada para uma hierarquia específica da indústria. O bairro Castelo foi designado aos cargos superiores e chefias; Cariru, Horto e Santa Mônica ao quadro intermediário correspondente aos especialistas e técnicos operadores; Bom Retiro, Vila Ipanema, Areal e Imbaúbas aos técnicos operadores; Candangolândia e Maringá (atual Amaro Lanari em Coronel Fabriciano) aos técnicos operadores e trabalhadores da construção da cidade. (MENDONÇA, 2006).

As vilas operárias não eram produtos que serviriam apenas à indústria, mas apontavam o surgimento de uma cidade, “também eram subprodutos da política de desenvolvimento nacional.” (MENDONÇA, 2006, p. 62). Contudo, o que os estudos mostram (LIMONAD 2005; VILLAÇA, 2012) é que nem o poder público (em nenhuma de suas esferas), nem as indústrias estavam preparadas para a cidade espontânea decorrente desse novo processo de urbanização. Na primeira fase de produção das vilas-operárias, por exemplo, o número de habitações estipuladas considerava um percentual de 25% de habitantes ativos em atividades fora da USIMINAS como comerciantes e construtores braçais da cidade, porém, não conseguiu-se chegar no número programado nem para os próprios funcionários da empresa. Com isso, para suprir o déficit habitacional do quadro de funcionários da indústria, a segunda fase de produção de moradias contava com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), fundo que também foi usado para a reforma de moradias. Já aos trabalhadores da construção da cidade, foram previstas, no plano inicial, moradias provisórias de madeira nas vilas-operárias Candangolândia e Maringá (onde hoje é o bairro Amaro Lanari pertencente a Coronel Fabriciano), substituídas posteriormente por instalações permanentes. (MENDONÇA, 2006).

Paralelamente à construção das vilas, os vilarejos (no bairro Barra Alegre) expandiram-se e surgiam outros como o Vila Celeste e o Bom Jardim. Simultaneamente desenvolviam-se duas realidades, nas proximidades da empresa a cidade planejada

modernista e industrial, com adensamento controlado, provida de equipamentos de saúde, lazer, educação, comércio, etc; e periféricamente, pessoas atraídas pela esperança de desenvolvimento da região, ocupavam a área e se organizavam apenas com as diretrizes dos loteadores. Isso quando se tratava de área loteada, pois muitas pessoas ocuparam encostas de morros ou leitos de rios (MENDONÇA, 2006). À medida que a discrepância das duas áreas foi sendo percebida, algumas propostas foram sugeridas para que a segregação fosse diminuída. Todavia, apenas uma proposta foi efetivamente executada, que foi a criação do Parque Ipanema em uma área acessível a todos (MENDONÇA, 2006).

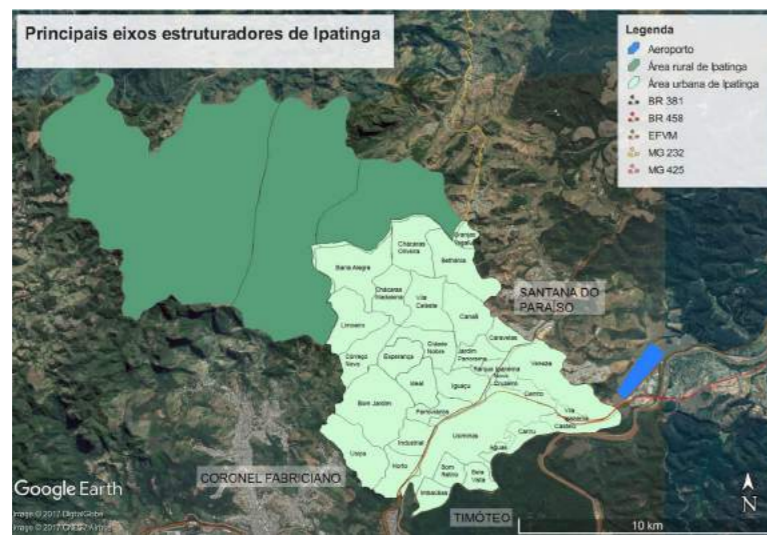
Figura 1 – Município de Ipatinga com a subdivisão proposta. Fonte: Mendonça (2006, p. 106).



O plano da vila-operária teve várias etapas. As primeiras foram executadas pela própria USIMINAS e podem ser localizadas no terreno identificado por Usiminas-A na Figura 01. Nesse mapa, a área denominada por Usiminas-B refere-se ao terreno da USIMINAS em que a mesma participou menos da construção das habitações que foram mais ou menos financiadas. Já os loteamentos A e B não pertenciam à USIMINAS. Eles pertenciam basicamente a dois proprietários. Guiados pelo mercado imobiliário, os empreendedores definiram o desenho dos loteamentos de forma quadriculada e com amplas avenidas (MENDONÇA, 2006). “E os Loteamentos ‘B’ foram resultantes de um crescimento mais espontâneo de regiões que se formaram anteriormente ou simultaneamente à inauguração da USIMINAS.” (MENDONÇA, 2006, p. 107). Esses bairros podem ser identificados atualmente através da figura 02.

À vista disso, pode-se dizer que a urbanização de Ipatinga já nasceu de forma segregadora. Hoje, a cidade possui 259.324 habitantes (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016), é a mais populosa da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) e tem a área urbana de maior extensão da RMVA, ocupando 44, 65% da área total. Além disso, é a cidade com maior participação do PIB da RMVA e com maior índice de desenvolvimento humano (IDH) da região - 0,7710 - segundo o censo demográfico de 2010.

Figura 2 – Principais eixos estruturadores de Ipatinga. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).



Os principais eixos estruturadores da cidade são os rios Piracicaba e Doce, as rodovias MG 458 e BR 381 que permitem conexão com a região nordeste e sul do país, e a ferrovia Vitória-Minas. (UNILESTE, 2014).

A porcentagem de domicílios desocupados na cidade é 9% segundo o Censo de 2010. “Se em princípio estes números indicam em estoque de imóveis para atendimento ao déficit quantidade, há de se destacar que, de maneira geral, esta oferta se insere na faixa de habitação de mercado, não atendendo à faixa até 3 S.M..” (UNILESTE, 2014, p.227). Além disso, identificou-se um déficit de moradias de 8,3% (UNILESTE, 2014, p.585) dos domicílios particulares permanentes e que 70,6% desse déficit representa as “famílias com faixa de renda de até 3 salários-mínimos [...], sendo que a maioria restante encontra-se na faixa de renda de até 10 salários mínimos, atualmente beneficiados pelo programa Minha Casa Minha Vida do governo Federal.” (UNILESTE, 2014, p.229). Os fatores que compõem majoritariamente o déficit habitacional de Ipatinga contribuem da seguinte forma: 54,0% de ônus excessivo com aluguel e 41,1% de coabitação familiar. Essa carência de habitação se apresenta de forma periférica e se expande para a área rural. (UNILESTE, 2014)

Na RMVA, enquanto Santana do Paraíso, o menor Município em população, possui 77,8% de imóveis próprios, Ipatinga, o maior município, possui 63,7% de imóveis próprios. Esta situação normalmente ocorre pela maior produção de mercado neste município e à pendularidade regional, que aumenta a demanda de imóveis alugados nos maiores municípios da RMVA. (UNILESTE, 2014, p.227).

A configuração atual da cidade pode ser vista na imagem 02. A urbanização de Ipatinga pode ser considerada concentrada e mal distribuída e sua população que vive na área considerada urbanizada foi contabilizada, em 2010, em 98,95% do total da população da cidade (PDDI, 2014, p.108).

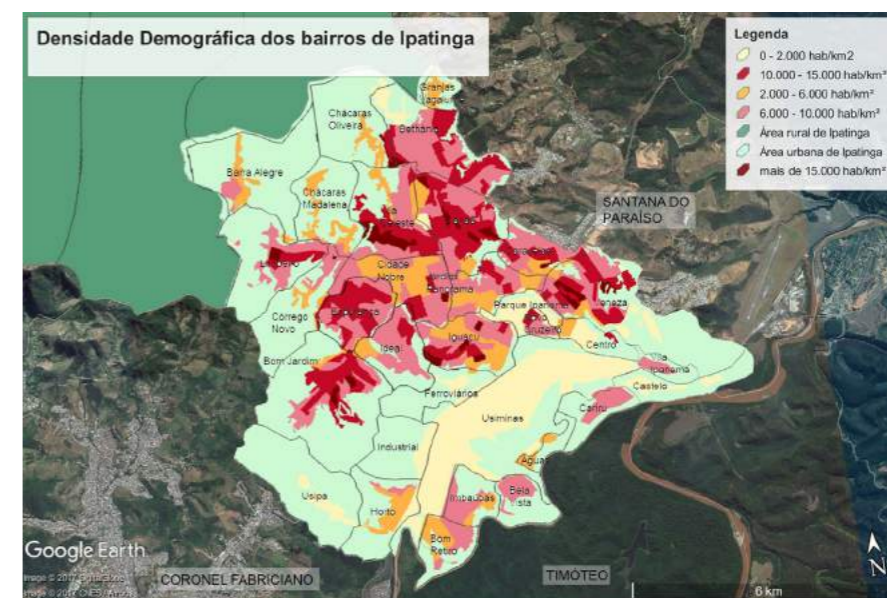


Figura 3 – Densidade demográfica de Ipatinga. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Além de ocuparem uma área maior da cidade, os bairros que se desenvolveram de forma espontânea são também os bairros mais populosos da cidade e os que possuem maior número de imóveis, como se pode ver nas imagens (03 e 04). A cidade que foi criada para ser industrial acabou atraindo mais pessoas do que a parceria indústria-poder público foi capaz de abrigar. A prioridade de suprir o déficit habitacional foi direcionada de cima para baixo na hierarquia da empresa, não chegando aos imigrantes vindos de diversas partes da região. A eles sobram os terrenos entregues

à especulação imobiliária. Nem mesmo a oferta de emprego pela indústria foi possível dada a mecanização da produção industrial e a redução da força de trabalho braçal. (MENDONÇA, 2006).

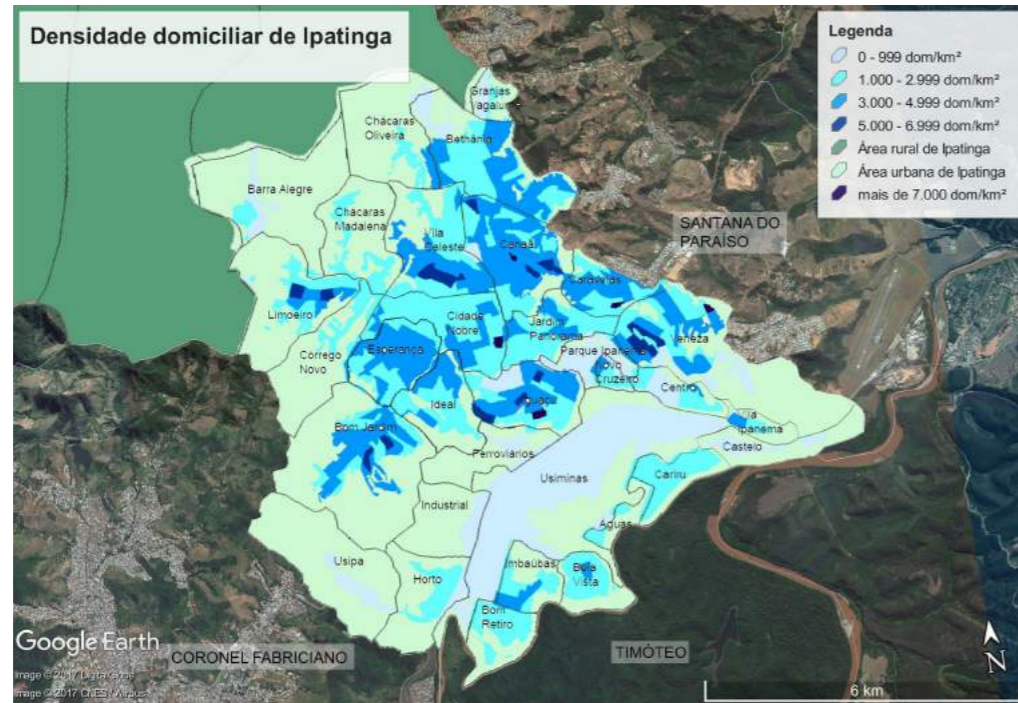


Figura 4 – Densidade domiciliar em Ipatinga. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Conseqüentemente, nesses bairros são onde concentram a população de menor renda como se pode ver na figura 05. De acordo com o UNILESTE (2014) o número de domicílios localizados em aglomerados subnormais era 4,9% (3.552) do total de domicílios ocupados, contados em 2010. Esses domicílios encontram-se, predominantemente, nos bairros Bethânia, Bom Jardim e Esperança.

Na figura 05 é perceptível a divisão das classes econômicas da cidade e nas próximas imagens (06 e 07) é possível analisar como o setor privado se posiciona a partir desse arranjo.

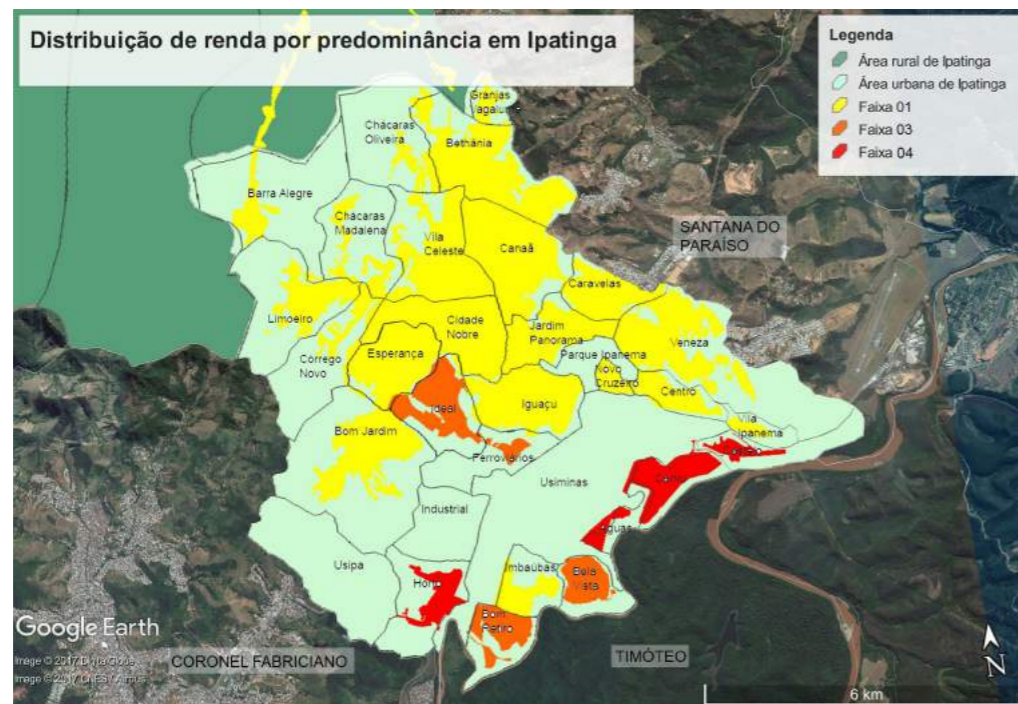


Figura 5 – Distribuição de renda por predominância. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

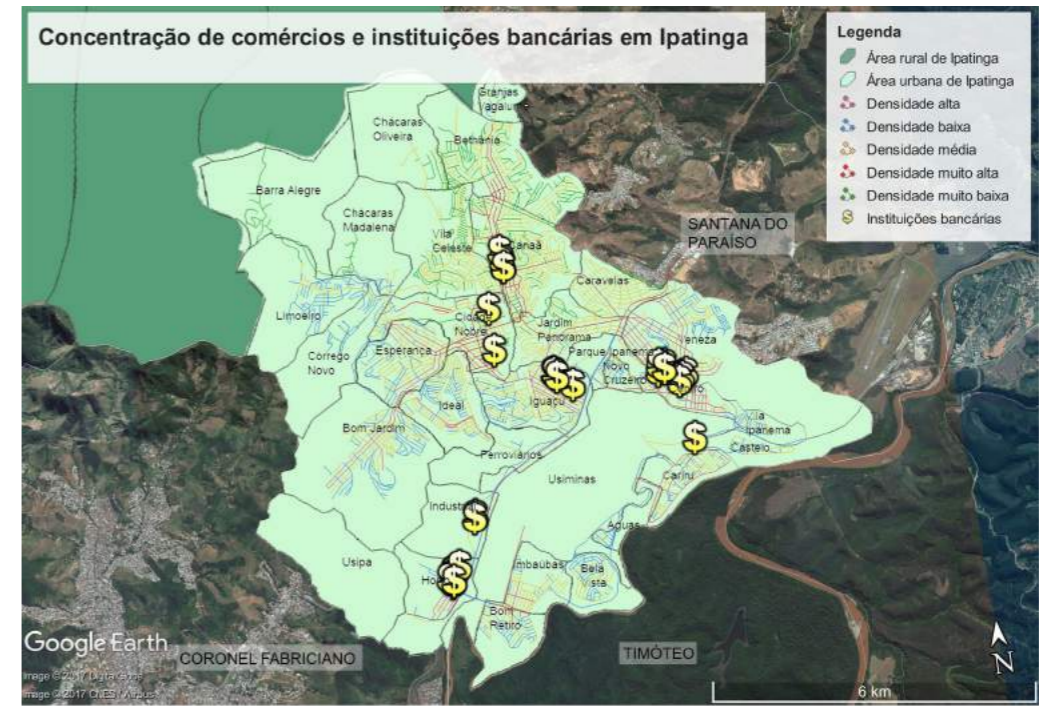


Figura 6 – Concentração de comércios e instituições bancárias em Ipatinga. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Há uma maior concentração de comércio no eixo que liga o centro de Ipatinga ao bairro Bethânia, localização estratégica por se tratar de avenidas (Macapá, Juscelino Kubitschek, Minas Gerais e Sellim José de Sales) de fácil acesso aos bairros mais adensados e à população de Santana do Paraíso. Os bairros onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, por serem bairros menos adensados, possuem menor concentração de comércios. Porém, o único Shopping da cidade situa-se no bairro Horto e por estar justamente entre as classes alta e baixa da cidade, é um ponto que permite o encontro dessas camadas da sociedade sem que elas adentrem no espaço uma da outra.

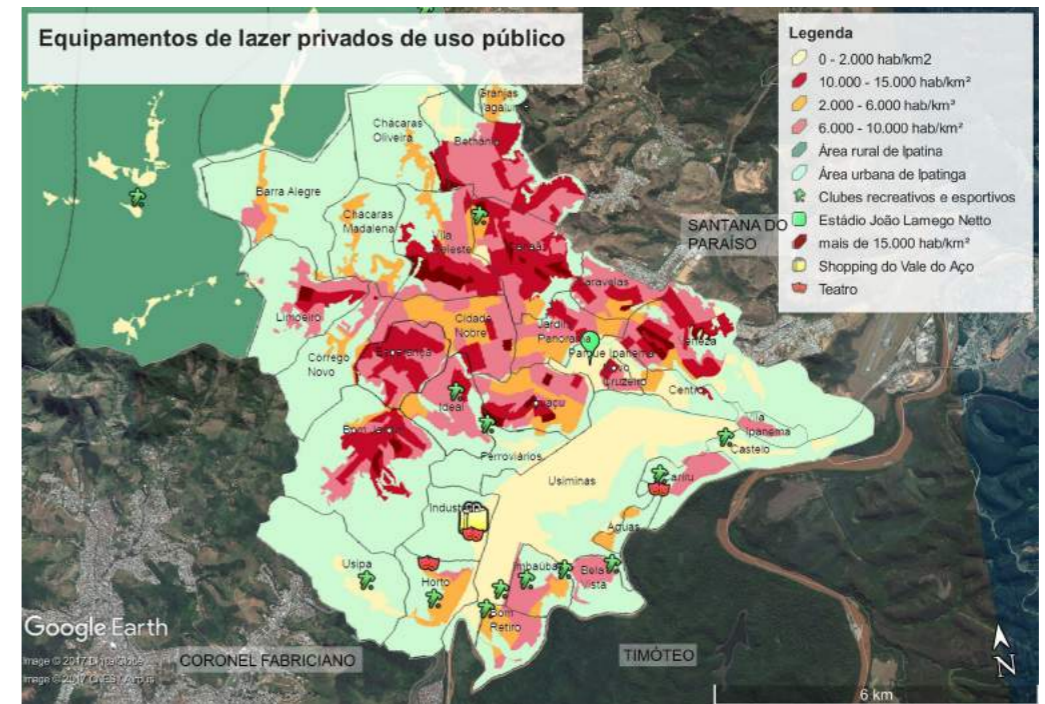
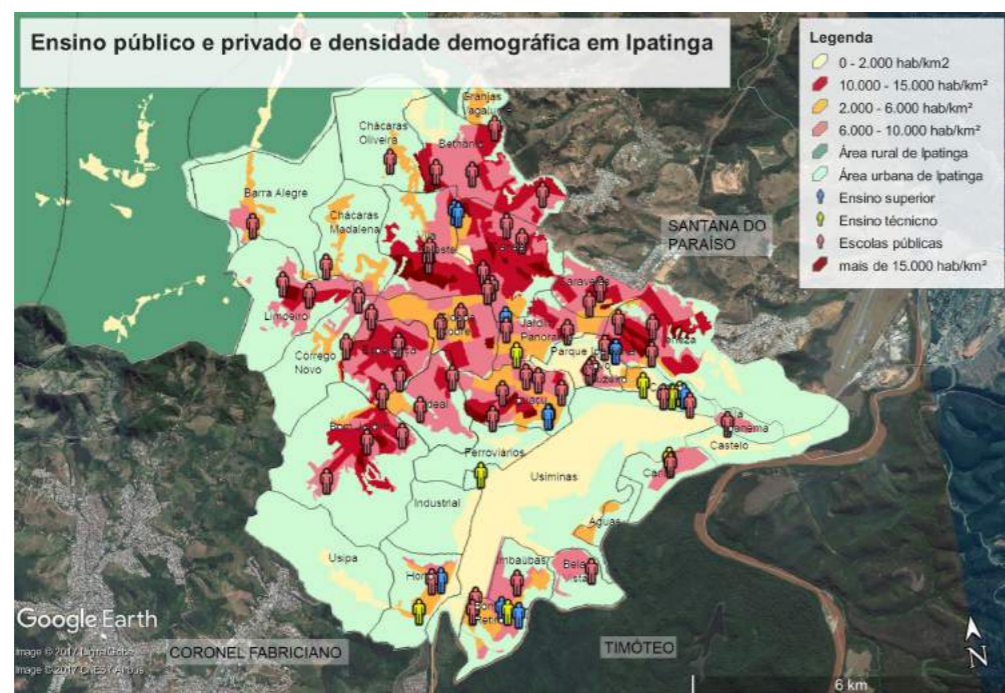


Figura 7 – Equipamentos de lazer privados de uso público. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Como mostra a figura 07, os equipamentos privados de lazer de uso público como os clubes para recreação e esporte também se concentram nos bairros onde se agrupa a população com maior renda.

As escolas privadas na cidade compreendem todas as escolas com ensino técnico e superior. De acordo com a figura 08, percebe-se que elas também possuem localização estratégica por estarem dispostas ao longo de eixos importantes da cidade (BR 381 que permite o fácil acesso para pessoas de outras cidades circunvizinhas e avenida Sellim José de Sales que liga Ipatinga a Santana do Paraíso) e no centro de Ipatinga que está entre a MG458 e a BR 381. É compreensível a determinação dessa estratégia por se tratar de equipamentos cuja importância ultrapassa os limites da cidade. Porém, isso colabora para o isolamento das áreas periféricas, tanto na questão de distribuição de investimentos públicos, como mobilidade e infraestrutura (pois essas áreas vão ficando para os segundos planos na ordem de prioridades de uso dos recursos públicos), como na questão da distribuição da própria população no dia-a-dia da cidade, pois, se as áreas mais periféricas onde se concentram a classe baixa não contêm equipamentos que atraiam ou que prestem serviços para as outras classes, a circulação de pessoas se restringirá à população residente, como se pode analisar na maioria das metrópoles e grandes cidades brasileiras (VILLAÇA, 2012).

Figura 8 – Ensino público e privado e densidade demográfica  
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).



As escolas públicas indicadas representam as que oferecem ensino básico, fundamental e médio. Verifica-se em sua disposição sobre o espaço uma boa distribuição de acordo com a densidade demográfica da mancha urbana. Porém, o alcance de público que elas abrangem é mais local, não promovendo a circulação combinada das classes sociais no dia-a-dia da cidade.

Outro tipo de equipamento público analisado foi o da saúde. A localização desses equipamentos está indicada na figura 9. Sua hierarquia foi definida pelo Unileste (2014) com parâmetros que consideram a quantidade de funções ofertadas, a abrangência do fluxo (local, regional ou extra regional), os acessos imediatos (via local, via coletora ou via arterial), o tipo de uso (privado, misto ou público), tipo de referência (local, regional ou extra regional) e a concentração de público diário (baixa, média e alta).

Assim como no caso da educação, os equipamentos da saúde estão bem distribuídos pela malha urbana, seguindo um arranjo proporcional à densidade demográfica, porém, gerando um pouco mais de fluxo das classes sociais pela cidade por causa da localização do Hospital Municipal de Ipatinga que apresenta desempenho médio-alto.

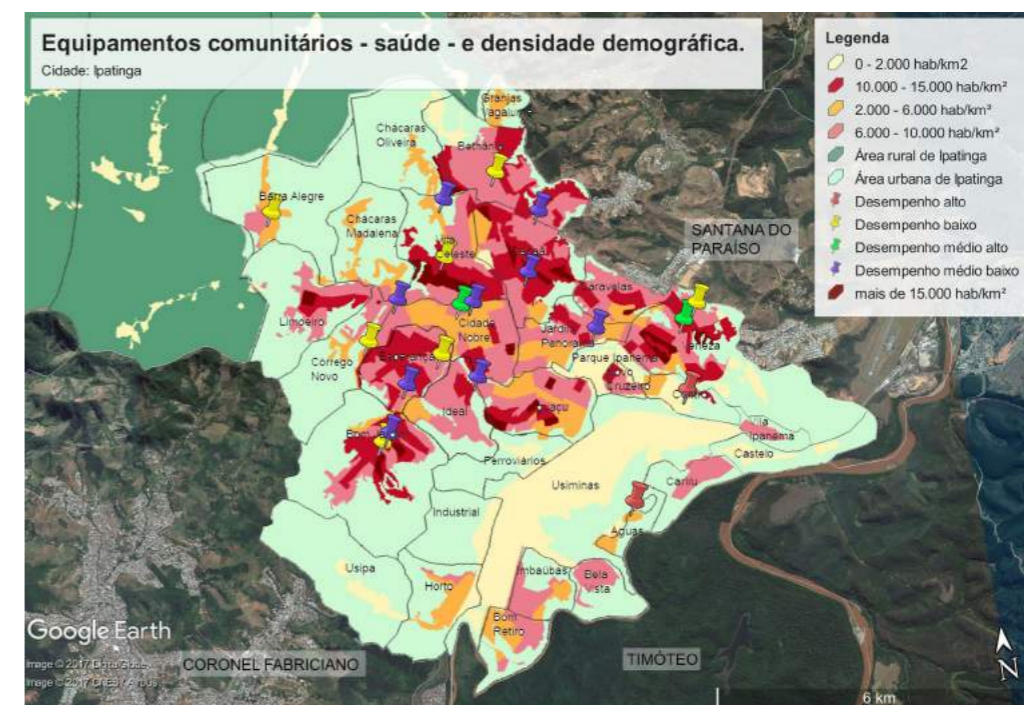


Figura 9 – Equipamentos comunitários em Ipatinga - Saúde. Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

O processo de urbanização da cidade foi desacelerado através do TAC (Termo de ajuste e conduta) firmado em 2010 que visou um crescimento mais ordenado e sustentável da cidade e, posteriormente através da revisão do Plano Diretor, Lei Nº 3.350, que entrou em vigor em 2014. Foi a partir daí que o boom da construção em Santana do Paraíso aconteceu, visto que, a partir de parâmetros mais restritivos nas Leis edilícias e urbanísticas de Ipatinga, os bairros desta cidade lindeiros a Ipatinga ficaram mais atraentes aos empreendedores, configurando assim a conurbação das duas cidades.

Apesar de o Plano apresentar diretrizes que norteiam a urbanização de forma a garantir o acesso igualitário aos equipamentos públicos e infraestrutura, priorizar o transporte coletivo e prever instrumentos com o objetivo de suprir o déficit habitacional (IPATINGA, 2014a), o próprio Mapa de Zoneamento da cidade contradiz esses princípios.

Isso porque ao analisar o mapa de zoneamento da cidade (IPATINGA, 2014b), é possível perceber que as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS) foram posicionadas na periferia da cidade. Nenhuma ZEIS foi planejada para situar-se dentro ou nos limites das áreas definidas como Zonas de Centralidade I (ZCI), áreas mais servidas de equipamentos e serviços de saúde, educação, comércio e cultura. Além disso, nenhuma ZEIS foi prevista na área dos bairros planejados, onde hoje são os bairros com os lotes mais caros da cidade. As únicas áreas livres destes bairros foram designadas como ZGEs (Zona de Grande Equipamento). E o zoneamento ainda definiu toda mancha edificada dos bairros Castelo, Caruru e das Águas como ZR-II (Zona Residencial II) que diz respeito ao zoneamento que permite menor adensamento (com taxa de ocupação máxima de 75%, coeficiente de aproveitamento máximo de 2 e com restrição de número de pavimentos, sendo 2 o máximo) em relação às outras zonas residenciais e às de centralidades. (IPATINGA, 2014b). Isso faz com que as pessoas que moram nesses bairros tenham proporcionalmente sempre mais da cidade em relação ao resto da cidade. Mais infraestrutura, mais área verde, mais tranquilidade (por haver menos conflitos entre vizinhos e menos barulho pela menor intensidade de trânsito), etc., e tudo isso em uma localização com fácil acesso aos serviços de saúde, educação, comércio, dentre outros.

As três ZGEs com maiores extensões territoriais estão localizadas no Horto, Ferroviários

e no centro. É compreensível tal grandeza no Horto e no Centro por serem áreas indicadas no Diagnóstico do PDDI (UNILESTE, 2014) como centralidades de interesse metropolitano. Todavia, esses fatores reforçam ainda mais a valorização dos bairros limítrofes que historicamente já são mais valorizados devido à organização do bairro, à concentração de pessoas com maior poder aquisitivo, e conseqüentemente, imóveis mais valorizados e com menor densidade que os bairros que se desenvolveram espontaneamente. Ou seja, todos esses fatores acentuam a especulação imobiliária. Dessa forma o próprio planejamento da cidade não estimula a mistura das classes econômicas da população. Pelo contrário, ela prevê a intensificação do distanciamento das classes sociais que é um fator necessário para a especulação imobiliária (MARICATO, 2016).

Ademais, como foi verificado, o número de imóveis desocupados, que não estão cumprindo a função social da propriedade estabelecida no Estatuto da Cidade de 2001, seria suficiente para suprir o déficit habitacional da cidade. Entretanto, apesar de o Plano Diretor estabelecer diretrizes para a utilização dos imóveis subutilizados ou vazios, não foi encontrado nenhum caso de sua aplicação para provimento de habitação de interesse social.

Todavia, é importante ressaltar que muito se questiona nas literaturas (RIBEIRO e SANTOS, 2003; MARICATO, 2014) sobre a falta de eficácia da participação da sociedade civil (princípio elementar do estatuto da cidade) na elaboração das leis de ordenamento territorial. Após todas as análises do quadro atual de urbanização da cidade de Ipatinga, cabe questionar a atuação da sociedade civil na elaboração do plano diretor aprovado em 2014. Estaria a população de Ipatinga consciente do quadro atual de urbanização da cidade e consentindo com a mesma?

Para que a sociedade participe de forma crítica dos processos de elaboração das leis e/ou reivindique alterações, é necessário que a mesma tenha livre acesso aos dados públicos e principalmente que ela saiba interpretar esses dados. Em Ipatinga, não há uma plataforma online em que os dados sejam acessados em sua origem. Isto é, além do tempo indeterminado que a pessoa terá que esperar para obter a informação, ela não é disponibilizada “por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina” (BRASIL, 2011) como exige a Lei de acesso à informação. Além disso, não foi encontrado na cidade nenhum grupo organizado que tem por objetivo compartilhar com a população informações importantes sobre a urbanização da cidade, verificando assim, a atual necessidade de formação de grupos de pessoas que estejam dispostas a compartilhar, refletir e discutir sobre a urbanização da cidade.

### Considerações finais

Como foi visto, a segregação tem a ver com a imposição de um planejamento e realização da organização do espaço – da urbanização – de forma hierarquizada, configurando socialmente o espaço de forma desequilibrada e injusta. As análises apresentadas até aqui mostram que, de forma preliminar, é possível concluir que existe segregação socioespacial em Ipatinga. Apesar da quantidade de alguns equipamentos públicos não estarem totalmente concentrados em determinados bairros, quando se trata de especificidades que possibilitam o acesso às variadas classes sociais, verifica-se que os bairros mais periféricos como Esperança, Limoeiro, Bom Jardim e Vila celeste, não possuem equipamentos com tanto desempenho quanto os que se localizam nos bairros planejados, como Horto, Bom Retiro e das Águas. Nesses bairros e em suas proximidades é onde se concentram os equipamentos de saúde (hospital Márcio Cunha) e educação (campus do Unileste e faculdade Pitágoras) que mais atraem pessoas de outras áreas da cidade e das cidades próximas.

Dessa forma, esses bairros periféricos que surgiram de forma espontânea acabam sendo isolados, fazendo com que a cidade fique polarizada em classes sociais. Além do fato de que a cidade nasceu com essa característica segregadora, foi possível detectar na própria lei de ordenamento do solo algumas definições que contribuem para a perpetuação dessa realidade.

Assim, pode-se dizer que se o poder público não intervir, colocando em prática os instrumentos criados no Plano Diretor para inibir a especulação imobiliária e para assegurar o acesso à moradia com qualidade, o grau de desequilíbrio desse quadro ficará mais grave. Com maior desempenho na oferta de serviços e com menor adensamento, os bairros mais nobres serão cada vez mais valorizados. O ônus dessa valorização continuará sendo paga por todos, até por aqueles que habitam as áreas mais esquecidas pelo poder público.

Portanto, esse contexto representa bem a situação de diversas cidades brasileiras onde o poder público e o capital privado regem a conformação da urbanização favorecendo a minoria em detrimento dos menos favorecidos. Por isso, verifica-se a importância da atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, que trabalham no planejamento das cidades, de forma crítica e consciente da existência desses atores. Também se observa um possível campo de atuação desse profissional na sociedade por considerar que o mesmo pode ser o meio pelo qual a população pode conscientizar-se da realidade urbanística da cidade.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Kênia de Souza. *Por que a gestão da região metropolitana do Vale do Aço não sai do papel?* Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado), UFMG – EA, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acessado em: Dezembro de 2017.

CASTELLS, Manuel. (1972). *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ESTATUTO da cidade: o jogo tem novas regras. CREA-MG: [Belo Horizonte], 2002.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Ipatinga*, MG. Disponível em: [www.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/MG/ipatinga](http://www.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/MG/ipatinga). Acessado em: Outubro de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Revista Cultura Vozes*, número 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUEDES, Vinicius M. *Planejamento Urbano e Princípio da Igualdade*. Tese de Doutorado em Direito Econômico e Financeiro. Orientação Eros Roberto Grau. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

IPATINGA. *LEI Nº 3350*, DE 12 DE JUNHO DE 2014. Plano Diretor. Ipatinga, 2014a.

IPATINGA. *LEI Nº 3408*, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014. Lei de Uso e Ocupação do

Solo. Ipatinga, 2014b.

IPATINGA. *Plano de Mobilidade de Ipatinga – Sistema cicloviário*. Secretaria Municipal de Dados. 2017.

IPATINGA. *Conheça a história da cidade de Ipatinga: dados em ordem cronológica*. n.d. Disponível em: <<http://www.ipatinga.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/9674>>. Acessado em Setembro de 2017.

LARANJEIRA, Adriana. *Asentamientos informales y sus programas de regularización*. Série Instrumentos de Política urbana. Produzido por Lincoln Institute of Land Policy. 2016. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/videoteca/detalhar/id/307/titulo/asentamientos-informales-y-sus-programas-de-regularizacion---adriana-larangeira>. Acessado em Agosto de 2017.

LIMONAD, E. *Entre a urbanização e a sub-urbanização do território*. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Anais... Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. Salvador: ANPUR. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2672/2612>>. Acesso em: 09/08/16.

MARICATO, Ermínia. *Ermínia Maricato: “Cidade é luta de classes!”*. Produzido pela TV Boitempo. 2016. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU&t=1s](http://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU&t=1s)>. Acessado em Agosto de 2017.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Roxane Sidney Resende de. *O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso “Ipatinga”*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado), UFMG – EA. 2006.

OXFAM BRASIL. *Terrenos da Desigualdade: Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural*. 2016. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf). Acessado em Outubro de 2017.

NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. Coletâneas do nosso tempo*. Cuiabá, v.8, n.08. PP. 129-153, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS, Orlando Alves dos. *Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira*. Santiago: EURE, v. 29, n. 88, p. 79-95, 2003.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

UNILESTE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – Região Metropolitana do Vale do Aço*. Diagnóstico final. Coronel Fabriciano, 2014.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.